

**Lei nº 513/2021**

Buriti Alegre/GO, 30 de Agosto de 2021.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a credenciar estabelecimento de saúde para prestação de serviços em urgência e emergência”.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE, ESTADO DE GOIÁS,**  
no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Município de Buriti Alegre, por meio do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a proceder com a abertura de chamamento público para o credenciamento de unidade hospitalar, com a finalidade de prestação de serviços de urgência e emergência 24 (vinte e quatro) horas, como forma de participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde, em consonância com o disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal<sup>1</sup>.

§1º. Ao serviço de urgência e emergência 24 (vinte e quatro) horas, inclui-se:

I - O acompanhamento por profissional de enfermagem na transferência de todos os pacientes regulados pelo SUS;

II – A execução gratuita na Unidade Hospitalar de exames laboratoriais e radiológicos, necessários ao pronto atendimento do paciente;

III – Outro previsto no chamamento público;

**Art. 2º.** Pelos serviços prestados, o Fundo Municipal de Saúde pagará à credenciada o Valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) mensais.

**Art. 3º.** Para execução dos serviços de urgência e emergência 24 horas, o Fundo Municipal de Saúde disponibilizará profissionais médicos para execução de 60 (sessenta) plantões 12 horas, podendo ser cedido prestadores de serviços

<sup>1</sup> Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.



**MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE**  
Gabinete do Prefeito

complementares, limitados a: 5 (cinco) profissionais de enfermagem ou técnico de enfermagem; 1 (um) profissional técnico em radiologia; e 1 (um) biólogo.

**Art. 4º.** O Credenciamento seguirá as regras entabuladas na Portaria do Ministério da Saúde nº 2567/2016, no Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e nos diversos entendimentos do TCU (Tribunal de Contas da União).

**Art. 5º.** O Fundo Municipal de Saúde procederá com a fiscalização da execução dos serviços contratados, por meio de médico auditor, do fiscal do contrato ou por outro servidor designado para este fim.

**Art. 6º.** A empresa credenciada não poderá, em espécie alguma, proceder cobrança pelo atendimento dos serviços contratados previsto no Art. 1º, devendo-a prestar gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE**, Estado de Goiás, aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (30.08.2021).



**ANDRÉ DE SOUSA CHAVES**  
Prefeito Municipal de Buriti Alegre

**CERTIFICO**

Certifico que nesta data, em respeito ao Princípio da Publicidade, publiquei mediante afixação deste exemplar no placar da Prefeitura e encaminhei para publicação no Diário Municipal de Goiás, em respeito a Lei Municipal nº 262 de 14 de Agosto de 2013.

Buriti Alegre-GO, 30/08/2021.



Vinicius Alves Mendonça  
Assessor Jurídico  
OAB/GO 38.342